PODER, LOUCURA E ANARQUIA: UMA GENEALOGIA DO AGONISMO EM MICHEL FOUCAULT

Power, madness and anarchy: a genealogy of agonism in Michel Foucault

*Thiago Rodrigues**

RESUMO

Esse artigo toma o curso *O Poder Psiquiátrico*, de 1974, como uma primeira aproximação do filósofo à sua "virada agonística" que resultaria nas suas reflexões sobre poder, política e ética. A originalidade desse artigo está na conexão que se faz entre a leitura nietzscheana de Foucault e a obra do pioneiro do anarquismo, Pierre-Joseph Proudhon *A Guerra e a Paz*, publicada em 1881. Exploro essas conexões a fim de pensar a política contemporânea para além do cânone tradicional que ainda localiza o Estado (ou seus novos arranjos) como a única fonte do poder.

Palavras-chave: agonismo; genealogia; anarquia; Proudhon; Foucault.

ABSTRACT

This article takes the Michel Foucault's 1974 course at Collège de France called *Psychiatric Power* as a first genealogical exercise by the philosopher to perform his "agonistic turn" that

* Thiago Rodrigues é professor no Departamento de Estudos Estratégicos e Relações Internacionais do Instituto de Estudos Estratégicos/Universidade Federal Fluminense (INEST/UFF) e Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Estudos Estratégicos do INEST/UFF. É doutor em Relações Internacionais pela PUC-SP, com estágio doutoral no Institut des Hautes Études de l'Amérique Latine (IHEAL) da Université de la Sorbonne Nouvelle/Paris III. Publicou, entre outros, *Guerra e política nas relações internacionais* (Educ, 2010), *Drug Policies and the Politics of Drugs in the Americas* (Springer, 2016), *Política e Drogas nas Américas: uma genealogia do narcotráfico* (Desatino, 2017) e *Políticas de Drogas no Brasil: conflitos e alternativas* (Mercado de Letras, 2018).

E-mail: th.rodrigues@gmail.com

would result in his reflections on power, politics and ethics. The originality of this article lays at the connection seen between Foucault's Nietzschean approach and the anarchist pioneer Pierre-Joseph Proudhon at his almost unknown work *La Guerre et la Paix* (*War and Peace*), published in 1861. I try to explore these connections as a way to think contemporary politics beyond the traditional canon that still places the state (or its new arrangements) as the only source of power.

Keywords: agonism; genealogy; anarchy; Proudhon; Foucault.

I

Uma batalha. Um corpo que diz ser o que os outros, seus oponentes, afirmam que não é. Um duelo para vencer o erro e impor a razão. Cenas de combate teriam sido, para Michel Foucault, a marca distintiva dos inícios da psiquiatria, entre 1800 e 1830. Inícios que, apesar de serem comumente associados ao despontar da medicina contemporânea, com sua epistemologia e métodos, teriam, segundo o filósofo, "praticamente nada a ver com o que está se tornando a experiência, a observação, a atividade diagnóstica, o processo terapêutico da medicina [de então]" (Foucault, 2006: 16). A partir da leitura de tratados tidos como fundadores da psiquiatria, escritos por François Fodéré (1764-1835), Jean Étienne Esquirol (1772-1840), John Haslam (1764-1844) e Philippe Pinel (1745-1826), Foucault notou, como traço comum a todos, a descrição de procedimentos de cura assentados no relato da sujeição do doente que não lhe pareceram próximas das técnicas prescritas pela nascente medicina clínica, mas, ao contrário, que se mostravam como *cenas de enfrentamento*, anunciando a emergência de modalidades inéditas de exercício do poder.

Essa constatação foi apresentada por Foucault na aula inicial do curso "O poder psiquiátrico", oferecido no Collège de France, entre em 07 de novembro de 1973 e 06 de fevereiro de 1974; e veio acompanhada de uma importante revisão do seu trabalho anterior sobre a loucura que, segundo o próprio filósofo, o levaria a propor, naquele ano, uma "análise radicalmente diferente" (2006: 17) do que

havia feito em *A História da Loucura na Idade Clássica* (1999), sua tese de doutorado publicada em 1961. De imediato, Foucault afirmou que tomava sua reflexão em **HL** como uma "análise das representações (...) [da] imagem que se tinha da loucura nos séculos XVII e XVIII, do medo que suscitava, o saber a seu respeito que se formava", enfim, muito mais uma "percepção da loucura" – próximo a uma "história das mentalidades" – do que uma análise dos dispositivos de poder que permitiam a formação de discursos que, por sua vez, possibilitariam a produção dessas "formas de representações" da loucura (Foucault, 2006: 16-17).

A guinada analítica partiria, então, de um deslocamento da ênfase que em *A História da Loucura* recaía sobre as *representações* da loucura para uma atenção aos *dispositivos de poder* que produziriam as "afirmações, negações, experiências, teorias, em suma, [...] todo um jogo de verdade" (2006: 18) sobre a loucura. Para tanto, seria preciso enfrentar a questão do *poder*, palavra que Foucault considera ainda enigmática e que afirma ser necessário explorar. Sendo assim, Foucault começou um deslocamento analítico retornando a três noções que havia desenvolvido em *A História da Loucura*: *violência*, *instituição* e *família*.

Em primeiro lugar, Foucault assumiu que se deteve na crítica ao suposto humanismo das reformas empreendidas por psiquiatras como Pinel e Esquirol, fazendo coro às denúncias de que tais reformas na prática psiquiátrica continuavam baseadas na *violência*. Desde a publicação de *A História da Loucura*, no entanto, Foucault passou a se incomodar com o conceito de *violência* porque aceitá-lo seria supor a possibilidade de que houvesse um *bom poder* (humanitário, comedido, racional) em contraposição a um *mau poder* (truculento, bestial, físico). Essa distinção, todavia, não se justificaria, pois, para Foucault, o que havia de comum "em todo poder é que seu ponto de aplicação é sempre, em última instância, o corpo. Todo poder é físico e há entre o corpo e o poder político uma ligação direta" (2006: 18-19).

Assim, o conceito de *violência* não ajudaria na compreensão do que acontecia dentro dos asilos, onde a aplicação da força física nada teria de irracional, fazendo, ao contrário, parte de uma intrincada malha de estratégias e táticas compondo um novo dispositivo de poder. Para Foucault, em suma, o exercício do poder deveria importar

especialmente à análise das relações entre médicos, equipe asilar e internos. Esse exercício do poder aconteceria sempre sobre os corpos sendo, em todos os casos, *físico* e *violento* "não no sentido de que [seja] desenfreado, mas, ao contrário, no sentido de que obedece a todas as disposições de uma espécie de *microfísica* dos corpos" (2006: 19, grifo meu).

Esse novo olhar de Foucault, interessado numa microfísica do poder exercido sobre os corpos, fez com que ele revisasse, também, o modo como analisou a instituição asilar em *A História da Loucura*. Para o filósofo, havia ali o risco de pressupor a instituição-asilo como um *dado* que antecedesse as práticas de poder que a modelam. Importaria, noutro sentido, mostrar como as instituições e os indivíduos nela encerrados são produzidos por "relações de poder que constituem o elemento nuclear da prática psiquiátrica, a partir do que, de fato, vamos ver serem construídos em seguida edifícios institucionais, surgirem discursos de verdade [...] serem enxertados ou importados certo número de modelos" (2006: 33-34). A instituição-asilo, portanto, não precederia as práticas de poder que a conformam.

A terceira e última crítica dirigida à *A História da Loucura* diz respeito à noção de *família*. Segundo Foucault, em seu livro de 1961, ele assumiu que o médico no asilo emulava a figura do pai. No curso de 1973, Foucault revê sua posição, considerando que a associação do psiquiatra com a figura do pai aconteceria apenas mais tarde, já no século XX. Tampouco se tratava, sustenta Foucault, da transposição do modelo estatal, do aparelho de Estado, para a relação médico/interno. Nesses começos da psiquiatria, a questão era outra e passava precisamente pela "análise dessas relações de poder próprias da prática psiquiátrica na medida em que [...] são produtores de certos enunciados que se apresentam como enunciados legítimos" (Foucault, 2006: 21). Assim, Foucault resume sua proposta de deslocamento em três movimentos:

> Em vez de falar de violência, eu preferiria falar de *microfísica do poder*; em vez de falar de instituição, preferiria procurar ver quais são as *táticas* que são postas em ação nessas forças que se enfrentam; em vez de falar

> de modelo familiar ou de "aparelho de Estado", [...] procurar ver (...) a *estratégia* dessas relações de poder e desses enfrentamentos que se desenrolam na prática psiquiátrica (2006: 21, grifos meus).

Microfísica do poder, táticas, estratégia: três noções para uma nova *analítica* – e não uma "história" – da loucura. Foucault encerrou, assim, sua primeira aula, não sem antes ironizar a própria sugestão: "evitei termos que permitiam a introdução (...) do vocabulário psicossociológico, e agora me vejo diante de um vocabulário pseudomilitar, que não deve ser muito melhor" (2006: 21). No entanto, do mesmo modo que uma nova noção de poder se mostrava necessária para compreender os modos de subjetivação e objetivação na contemporaneidade, os termos "pseudomilitares" no percurso analítico de Foucault não seriam meras metáforas.

Contrariando a ironia do filósofo, seria possível afirmar que as procedências nas quais se inscreve a analítica do poder que ele começava a desenvolver nos remeteriam a um mundo de *guerreiros*, não exclusivamente de *militares*. Um mundo de homens e mulheres que tomam a vida como combate, numa tradição que remonta, dentre outros, a Heráclito, Nietzsche e, também, ao introdutor na noção contemporânea de anarquia, Pierre-Joseph Proudhon; e que não compreende a guerra apenas como o enfrentamento entre exércitos lutando sob as ordens e em nome do Estado, como teorizou, no século XIX, Carl von Clausewitz (2003). O trabalho para a produção de uma noção outra de poder, que Foucault sentiu urgência em desenvolver a partir da revisão de suas reflexões em *A História da Loucura*, sugeriu-lhe os termos *tática* e *estratégia* não como recurso expositivo, muito menos como conceitos vinculados à centralidade do poder político (nas figuras do médico, rei, Estado, pai), mas como referências a *práticas guerreiras* que não se circunscrevem aos militares – ou melhor, que os ultrapassam e os podem confrontar − e que são vitais para a experimentação da vida como combate.

II

Michel Foucault tomou as cenas dos escritos protopsiquiátricos, a partir dessa *perspectiva guerreira*, não "como um episódio teatral, mas um ritual, uma estratégia, uma batalha" (2006: 41). Nessa chave é que Foucault recuperou a descrição feita por Pinel, no seu *Tratado Médico-filosófico* (de 1800), do tratamento da loucura do rei Jorge III, da Inglaterra. Foucault expôs o trecho de Pinel na íntegra destacando o momento quando o rei Jorge, num acesso de fúria, recebe um ex-médico com violência, emporcalhando-o com seus próprios excrementos. O ataque, então, fez com que um dos pajens, de "estatura hercúlea", interviesse imobilizando o monarca insano para limpá-lo à força, retirando-se silenciosamente em seguida.

Para Foucault, essa cena, menos conhecida na história da psiquiatria que o episódio do desacorrentamento dos loucos por Pinel no asilo de Bicêtre, reúne os elementos propriamente novos desse dispositivo de poder que lhe interessava analisar. Na leitura de Foucault, a cena de Jorge III flagrou o despontar de uma nova prática de poder que se sobrepunha a uma modalidade anterior que começava a se retirar para o segundo plano. Segundo Foucault, "estamos na emergência de algo que é o poder disciplinar, cuja figura específica aparece aqui [na cena] com clareza singular na medida mesmo em que esse poder disciplinar se encontra (...) deparado com outra forma de poder político que eu chamaria de poder de soberania" (2006: 34). Foucault, então, disse que era preciso ensaiar uma definição preliminar desse poder disciplinar, mesmo afirmando não ter "muita certeza" (2006: 52) do que fosse ele. Ainda assim, começa esse trabalho definindo muito precisamente o poder disciplinar como

> uma forma de certo modo terminal, capilar, do poder, uma última intermediação, certa modalidade pela qual o poder político, os poderes em geral vêm, no último nível, tocar nos corpos, agir sobre eles, levar em conta os gestos, os comportamentos, os hábitos, as palavras, a maneira pela como todos esses poderes, concentrando-se

> para baixo até tocar os próprios corpos individuais, trabalham, modificam, dirigem (2006: 50).

Essa modalidade de exercício do poder, segundo Foucault "bem específica da nossa sociedade", seria o que "poderíamos chamar de contato sináptico corpo-poder" (2006: 50-51), as ações infinitesimais aplicadas sobre os corpos. Assim, as cenas protopsiquiátricas, como a de Jorge III, teriam exposto o funcionamento, na passagem do século XVIII para o XIX, desse modo novo de exercer poder diretamente sobre as pessoas, buscando uma modelagem, uma formatação de comportamentos e gestos. Interessava a Foucault buscar a singularidade da relação entre poder e corpo evidenciada na protopsiquiatria.

Dentre as diferenças entre o poder disciplinar emergente e o poder de soberania, que o antecedeu, estariam os modos distintos de expressão da "função-sujeito", ou seja, a maneira pela qual o poder exercido tocava e demarcava ou não os *corpos* ou as "singularidades somáticas" (2006: 55). Segundo Foucault, o poder soberano, predominante no período que sucedeu a Idade Média e no qual se consolidaram as monarquias absolutas na Europa, não foi aplicado "a uma singularidade somática, mas a multiplicidades que estão, de certo modo, acima da individualidade corporal" como famílias, coletividades, e também coisas, como campos, terras, estradas e os usuários desses espaços. O poder soberano seria, ainda, descontínuo, visível e ativo apenas em momentos rituais (cerimônias, execuções, celebrações, julgamentos), fiado num acordo assimétrico de *coleta* e *despesa*, por meio do qual os súditos recebem alguns serviços do monarca, como a proteção contra a morte violenta, devendo, em troca, fornecer mão-de-obra ou força física para a guerra quando solicitados pelo rei.

O poder soberano, segundo Foucault, se reportaria sempre a uma "anterioridade fundadora", um acontecimento passado que legitima o poder do soberano, "como um direito divino ou como uma conquista, uma vitória, um ato de submissão, um juramento de fidelidade" (2006: 53). Esse direito de reinar próprio ao monarca precisaria ser reatualizado por meio das manifestações rituais descontínuas de poder citadas acima, não prescindindo do uso da

violência como lastro e virtualidade. O importante para Foucault era mostrar que o poder soberano não tinha função individualizante, ou seja, não tratava as singularidades somáticas dos súditos como indivíduos singularizados; apenas o monarca se identificava como um corpo discernível conformando o "Um", para lembrar o termo usado, no século XVI, por Étienne de La Boétie (1995) para descrever o rei.

O poder disciplinar, ao contrário, operaria minuciosamente sobre os atos de cada um. Seria, assim, "um procedimento de controle contínuo" (2006: 59) que promove uma "apropriação total (...), exaustiva do corpo, dos gestos, do tempo, do comportamento dos indivíduos" (2006: 58). Esse controle contínuo se efetivaria pela vigilância constante, acompanhada de recompensas e de punições visando moldar comportamentos. O momento crucial que marcaria, para Foucault, a generalização do poder disciplinar nas sociedades europeias se deu em torno da publicação do *Panopticon*, de Jeremy Bentham, em 1791, e tem nele sua descrição mais bem-acabada.

Isso porque, segundo Foucault, o "princípio panóptico – ver tudo, o tempo todo, todo o mundo etc. –" seria o elemento que "procede a uma individualização centralizada que tem por suporte e por instrumento a escrita" − que registra e transmite para diversas instâncias de exercício de poder as características e informações de uma pessoa − e que implica uma "ação punitiva e contínua sobre as virtualidades de comportamento (...) [que] projeta atrás do corpo algo como uma psiquê" (2006: 65). O efeito de observação ininterrupta alcançaria seu ápice ao fazer com que os indivíduos formatados pelas disciplinas obedecessem a toda e qualquer ordem mecânica e continuadamente, economizando o exercício explícito da força física para que se efetivassem as práticas de governo.

Assim, ao contrário do poder soberano, o poder disciplinar é *individualizante*; ele transforma corpos em *indivíduos*, com uma história, com comportamentos moldados e previsíveis e com uma "alma" ainda que "bem diferente da que tinha sido definida pela prática e teoria cristãs" (2006: 65). Além disso, o poder disciplinar estipula a norma "como princípio de divisão [entre normal e anormal] e a normalização como prescrição universal para todos esses indivíduos assim constituídos" (2006: 69).

Desse modo, continua Foucault, o que chamamos *indivíduo* não é uma unidade essencial, natural ou pré-existente às relações de

poder que o constituem. Ao invés disso, "o que se deve chamar indivíduo é o efeito produzido, o resultado dessa vinculação, pelas técnicas que lhes indiquei, do poder político à singularidade somática" (2006: 69). O poder disciplinar, em suma, ajusta a função-sujeito a um corpo, singularizando-o. Todo indivíduo, portanto, é um produto forjado nas relações de poder; não havendo, pois, *indivíduo exterior* à *política*, compreendida como o conjunto dessas infinitas, simultâneas e contínuas relações. Por isso, para Foucault, reivindicar direitos fundamentais dos indivíduos diante de violências praticadas em instituições como o asilo seria um equívoco no qual recaía a antipsiquiatria, ainda atada à crença de que a instituição-hospício lacera um indivíduo previamente existente. Pela perspectiva sustentada por Foucault, seria o asilo um dos terminais a *produzir* o indivíduo e não a violentar um indivíduo dotado de uma natureza anterior e universal; o que não significaria tornar, com isso, mais aceitável as práticas dentro do asilo.

Com contundência, Foucault interpela o humanismo afirmando que todo indivíduo já surge um "sujeito psicologicamente normal" (2006: 71), *normalizado*, pois é modelado tendo como referência a *norma*; quer esteja de acordo com ela – logo, saudável − quer esteja em conflito com ela sendo, portanto, doente, louco ou anormal. Assim, para Foucault, o indivíduo jurídico, abstrato e dotado de direitos naturais, tal como definido pelo discurso liberal-burguês a partir do século XVII, ganhou "realidade histórica, como elemento das forças produtivas (...) [e] também das forças políticas" (2006: 71) na forma desse *corpo sujeitado* pelo intercurso das disciplinas num ambiente de vigilâncias. Essa constatação, no entanto, não implicaria em paralisia, prostração ou fatalismo diante do poder: as lutas contra as técnicas de assujeitamento continuariam viáveis e vitais. Todavia, elas não poderiam ser baseadas na bandeira da *libertação* do indivíduo, mas sim, voltadas para "a dessubjetivação, a desnormalização, a despsicologização [que] implicam necessariamente a destruição do indivíduo como tal" (2006: 71).

Foucault anunciou, nesse ponto, questões cruciais do seu percurso de pesquisa nos anos seguintes. Pela primeira vez apresentou as noções de poder soberano e poder disciplinar, a que, como se sabe, voltaria com ênfase e detalhamento em *Vigiar e punir*, livro editado em 1975. Expôs, também, a urgência em pensar a questão do poder

diferentemente do modelo jurídico-político que o deduz de uma centralidade. Em *O Poder Psiquiátrico*, Foucault nota a impossibilidade de compreender como se dava concretamente as relações de força nos asilos a partir do modelo político da soberania, chegando a propor abertamente, como necessidade metodológica, "[deixar] de lado o problema do Estado, dos aparelhos de Estado, e [se desembaraçar] da noção psicossociológica de autoridade" (2006: 51). Ou ainda, afirma que

> não se pode utilizar a noção de aparelho de Estado, porque ela é ampla demais, abstrata demais para designar esses poderes imediatos, minúsculos, capilares, que se exercem sobre o corpo, o comportamento, os gestos, o tempo dos indivíduos. O aparelho de Estado não dá conta dessa microfísica do poder (2006: 21).

Em 1976, em *A vontade de saber*, primeiro volume da *História da Sexualidade*, Foucault desenvolveu sua noção de poder, sustentando que era preciso deixar de tratar do "Poder", como um "sistema geral de dominação exercida por um elemento ou grupo sobre outro e cujos efeitos, por derivações sucessivas, atravessam todo o corpo social" (1998: 88), para compreendê-lo como uma "multiplicidade de correlações de força imanentes ao domínio onde se exercem e constitutivas de sua organização" (idem). Nesse livro, o filósofo afirmou que sua analítica do poder foi desenvolvida por uma necessidade de pesquisa diante da impotência da filosofia política clássica, com seu conceito de poder descendente e repressivo, para compreender o exercício do poder nas sociedades contemporâneas. Sendo assim, é possível notar que, para Foucault, esse problema de pesquisa colocou-se com clareza três anos antes, em 1973, durante o curso *O Poder Psiquiá*trico, quando o motivava rever as conclusões de *A História da Loucura na Idade Clássica*.

As cenas protopsiquiátricas analisadas em *O Poder Psiquiátrico* seriam, assim, *instantâneos* desse exercício do poder, na sua concretude e corporeidade. Com o caminhar de sua pesquisa, Foucault mostrou que o asilo se constituiu como um dos terminais do

sistema geral das disciplinas, também exercido na caserna, na escola, na prisão, no hospital, na fábrica, ou seja, nas articulações de dispositivos disciplinares que nomeou, em *Vigiar e punir*, como "arquipélago carcerário". Em *Vigiar e Punir* Foucault (1995) volta e amplia a análise do *Panopticon* de Bentham − indicado já em *O Poder Psiquiátrico* como modelo ótimo do poder disciplinar − e desenvolve aquilo que havia apenas apontado no curso de 1973, no que diz respeito à questão de como a *obediência* se constrói no processo de subjetivação, formando corpos úteis e dóceis, aptos ao trabalho e prontos a não contestar sua situação econômico-social e política.

Em suma, para Foucault, dessa vez na *História da Sexualidade, vol. 1*, "o poder não é uma instituição e nem uma estrutura, não é uma certa potência de que alguns sejam dotados: é o nome dado a uma situação estratégica numa sociedade determinada" (1998: 89). Em *O Poder Psiquiátrico*, Foucault viu em cenas como a do rei Jorge III um confronto, destacando que o poder disciplinar se exercia como um embate, uma luta. Cada cena protopsiquiátrica seria, então, uma situação estratégica, um momento em que acontece um combate. As fezes de Jorge III teriam sido, desse modo, não apenas a marca da inversão da soberania – quando o monarca afastado da sua soberania adota o gesto de insurreição contra a nobreza próprio dos mais miseráveis – como a evidência de que mesmo sem armas, ainda que apenas com os excrementos, a aplicação de um poder excita resistências.

Em *A História da Sexualidade, vol. I*, ao trabalhar essa hipótese, Foucault afirmou que as relações de poder "não podem existir senão em função de uma multiplicidade de pontos de resistência que representam (...) o papel do adversário, de alvo, de apoio, de saliência que permite a apreensão" (1998: 91). Onde há poder, portanto, há resistência; e do mesmo modo que não haveria o 'Poder', tampouco, haveria a 'Resistência', mas apenas *resistências*, no plural, como múltiplas são as situações de exercício do poder.

Sendo assim, mais do que mero "vocabulário pseudomilitar" como ironizou Foucault, ou simples metáfora, a noção de exercício de poder como *combate* é crucial para a produção da analítica do poder foucaultiana. E é aí, pelo campo de batalha demarcado pela analítica do poder, que se pretende travar o último movimento dessa reflexão.

III

Entre a publicação de *Vigiar e punir*, em 1975, e *A vontade de saber*, em 1976, Michel Foucault apresentou, no Collège de France, o curso "Em defesa da sociedade" no qual voltou seu interesse para o que chamou de "saberes sujeitados", mais especificamente, à análise de como os saberes são sujeitados a fim de que se pudesse produzir táticas passíveis de serem utilizadas por esses saberes para enfrentar os discursos científicos que os desautorizaram. Segundo Foucault, os saberes sujeitados seriam "uma série de saberes que estavam desqualificados como saberes não conceituais, como saberes insuficientemente elaborados: saberes ingênuos, saberes hierarquicamente inferiores, saberes abaixo do nível do conhecimento ou da cientificidade requeridos" (2002: 12).

Atento aos diversos saberes sujeitados que se levantaram contra os discursos científicos desde os anos 1960, Foucault se propôs a explicitar, pela perspectiva genealógica, a história das batalhas que produziram os discursos de verdade, num trabalho tanto para desnaturalizar os saberes oficiais da ciência, quanto para evidenciar que estes não são mais ou menos verdadeiros que todo o conjunto que foi desqualificado. O *status de verdade* de um discurso estaria, desse modo, muito mais relacionado a vitórias e sujeições do que a incapacidades explicativas ou inconsistências epistemológicas. A genealogia, assim, atuaria como uma "anticiência" voltada à "insurreição dos saberes" (2002: 14). Sua meta seria, então, "dessujeitar os saberes históricos e torná-los livres, isto é, capazes de oposição e de luta contra a coerção de um discurso teórico unitário, formal e científico" (2002: 15).

O recurso tático para ativar essas lutas foi encontrado por Foucault naquilo que chamou de discurso histórico-político presente nos embates em torno da questão do poder na Inglaterra do século XVII e na França do século XVIII. Sem a pretensão de resumir aqui esses embates, interessa frisar que na literatura dos saberes sujeitados ingleses e franceses, Foucault notou a existência de um esquema binário de interpretação da política que fazia com que as vitórias e sujeições na história fossem tidas como episódios de uma incessante e infindável guerra. Nessa literatura histórico-política, os grupos no

comando político do Estado não eram descritos como estando em seu lugar natural; ao contrário, eram apresentados como usurpadores que ali chegaram e permaneceram pela força das armas. Enquanto os soberanos cercavam-se de juristas e teólogos (como Jean Bodin ou Thomas Hobbes) para construir argumentos que os apresentassem como monarcas por ordem divina ou por efeito de um suposto pacto geral em nome da paz civil[2], os saberes histórico-políticos apontavam para os começos sangrentos desse poder soberano que se esforçava para apagar suas procedências.

Tal esquema binário, fundado na tática de expor a violenta história da constituição das instituições políticas, sugeriu a Foucault uma perspectiva de análise que teria a *guerra*, o "esquema da luta" e da oposição entre forças e vontades, como "princípio de inteligibilidade e de análise do poder político" (2002: 27). Para tanto, seria preciso afastar-se do modelo de análise baseado no edifício jurídico-político da soberania com seu conceito de poder negativo, meramente repressivo e que o define como uma substância "que se possui, que se adquire, que se cede por contrato ou por força" (2002: 21). Em lugar desse conceito, Foucault indicou outra noção que compreende o poder como uma "relação de força", como algo que "se exerce, que só existe em ato" (2002: 21) e que não era apenas tido como algo que reprime "a natureza, os instintos, uma classe, indivíduos" (2002: 21).

Num percurso que remonta ao esquema tático-estratégico sugerido em *O Poder Psiquiátrico*, Foucault reafirmou no curso *Em defesa da sociedade* um elemento de sua noção de poder – trabalhado, depois, em *História da Sexualidade, vol. I* – que é o seu *caráter relacional* (Deleuze, 2005), pois toda relação de poder é um combate. Assim, ao compreender a política como um conjunto de enfrentamentos e correlações de força, Foucault pôde ampliar a noção de política para além das instituições estatais, afirmando que "poder é guerra" (2002: 22), o que lhe permitiu, em seguida, inverter a célebre

2 Foucault afirma que "o papel essencial da teoria do direito, desde a Idade Média, é o de fixar a legitimidade do poder: o problema maior, central, em torno do qual se organiza toda a teoria do direito é o problema da soberania" (2002: 31).

máxima de Clausewitz, afirmando que a "política é a guerra continuada por outros meios" (2002: 23).

O esquema binário da guerra, portanto, partindo das problematizações iniciais em *O Poder Psiquiátrico*, passou no curso *Em defesa da sociedade* a ser, efetivamente, um recurso tático-metodológico fundamental para ativar uma analítica da insurreição dos saberes sujeitados. Em *A História da Sexualidade, vol. I*, a analítica do poder foi fortalecida, dentre outros movimentos, pela explicitação do par poder/resistências que ecoava a escolha pela perspectiva estratégica anunciada no curso de 1973. Nos dois volumes seguintes da *História da Sexualidade*, Foucault apresentou a noção de *estética da existência* afirmando a estilística de si como um ato político que resiste aos poderes de subjetivação para reclamar uma invenção de si imersa nos infindáveis combates da existência (Passetti, 2003).

Nessa direção, em "O sujeito e o poder", texto publicado em 1984, pouco antes de sua morte, Foucault repassou seu "trabalho nos últimos vintes anos" para afirmar que não pretendeu "analisar o fenômeno do poder nem elaborar os fundamentos de tal análise", mas, ao contrário, "criar uma história dos diferentes modos pelos quais, em nossa cultura, os seres humanos tornaram-se sujeitos" (1995: 231). A questão do poder se fez presente, segundo o filósofo, porque esse era o único recurso ou instrumento de trabalho para estudar os processos de produção de subjetividade. No entanto, para que isso acontecesse foi necessário operar o importante deslocamento do modelo jurídico-político de poder para o relacional/estratégico. O poder compreendido na perspectiva da guerra evidenciou que os embates e disputas relacionados ao poder vinculavam-se à luta mais elementar entre uma vontade de governo exercida sobre outrem e a vontade de liberdade que esse alvo ativa ao resistir.

Nesse sentido, as relações poder/resistência seriam, concretamente, "ações sobre ações" (1995: 243) pelas quais um indivíduo pretende governar outro pela condução de sua conduta, e esse corpo-alvo resiste a ser governado. Eis a batalha elementar. Desse modo, "a relação do poder e a insubmissão da liberdade não podem, então, ser separadas" (1995: 244). Nessa luta incessante, diz Foucault, "mais do que um 'antagonismo' essencial, seria melhor falar de um 'agonismo' – de uma relação que é ao mesmo tempo, de

incitação recíproca e de luta" (1995: 245). Rabinow e Dreyfus, organizadores do volume onde se encontra o artigo, explicam em nota que o neologismo *agonismo* provém de palavra grega *agōn* (αγωυιμα) que significa "um combate" que poderia ser físico ou de troca de injúrias, mas sem levar à morte.

As relações de poder, então, seriam relações *agônicas*: assim culminou o percurso de problematizações de Foucault na construção de um método para a análise dos processos de subjetivação nas sociedades disciplinares. Seu problema de pesquisa – os modos pelos quais as pessoas são *sujeitadas* –, presente desde os tempos de *O Poder Psiquiátrico*, levou-o à perspectiva da guerra como senha do poder. E, nos começos desse percurso, está a problematização que Foucault fez de sua *A História da Loucura*.

Ainda que o alvo de Foucault não tenha sido a produção da *analítica do poder*, aqueles que transitam no campo dos estudos do poder – a ciência política e as relações internacionais, por exemplo – puderam vislumbrar a possibilidade de experimentações liberadas do modelo jurídico-político e, portanto, fora da tirania epistêmica da filosofia política clássica. Em 1976, Foucault afirmou que "no pensamento e na análise política ainda não cortaram a cabeça do rei" (1998: 86): os politólogos, internacionalistas, sociólogos seguiam trabalhando *pelo* e *para* o Estado. Ainda que se argumente que essa continua sendo, de algum modo, a tônica nesses começos de século XXI, é preciso admitir que a genealogia acoplada ao agonismo abriu suas fendas, municiando quem se quer insurreto.

Essa sintonia do seu projeto de pesquisa com a *insurreição* faz com que o agonismo foucaultiano nos remeta à pouco lida e comentada obra de Pierre-Joseph Proudhon *A guerra e a paz*, publicada em 1861. Com poucas exceções, como a de Liev Tolstoi, que encantado por ela pediu a Proudhon que lhe deixasse intitular assim se mais famoso romance, o livro foi duramente criticado à época (por liberais, conservadores, socialistas e anarquistas) como uma apologia à guerra. Num certo sentido era de fato um elogio à guerra, mas não àquela realizada pelos militares em nome da saúde do Estado e do regime da propriedade – a guerra de Clausewitz. O que interessava a Proudhon era a guerra como princípio ordenador da vida. Para o anarquista francês, era a guerra a maior e primeira legisladora, a instauradora de todas as instituições e costumes. E era a

o princípio da *guerra*, compreendida como embate infindável de posições, opiniões e valores, sem extermínio, que mantinha a coesão e o convívio entre os homens. Era na guerra, enfim, que se vivia e lutava e mesmo a chegada à anarquia, na dialética sem síntese de Proudhon, não significava a superação da política, como desejaram revolucionários utópicos, tanto anarquistas quanto marxistas. Há, enfim, um *agonismo* em Proudhon que é francamente opositor do Estado e do regime de propriedade; um agonismo como perspectiva para compreender a vida, um agonismo libertário.

Foucault, ao esboçar sua analítica do poder no curso *Em defesa da sociedade* associou sua perspectiva ao que chama de "hipótese de Nietzsche", o que se justifica tanto pelo seu vínculo com a genealogia nietzschiana, quanto pela retomada pré-socrática da obra do alemão que atacou de frente os humanismos de sua época. Foucault, no entanto, não cita Proudhon; diferentemente do filósofo foucaultiano Frédéric Gros (2009) que, em livro recente, recorreu ao anarquista para pensar os redimensionamentos da guerra contemporânea, ou à minha própria reflexão em outro lugar (Rodrigues, 2010; Rodrigues, 2015). Todavia, a perspectiva agônica presente em Foucault passa por Nietzsche, Proudhon e se insere em procedências que atravessam séculos remetendo a Heráclito, para quem "a guerra de todos é pai, de todos é rei; uns indica deuses, outros homens; de uns faz escravos, de outros livres". Uma tradição em confronto com a filosofia política e sua fixação no poder soberano que toma a guerra como senha da vida e não como propriedade do Estado. Uma noção de guerra e de política, portanto, liberada da utopia e marcadamente libertária: anarquista não no sentido teleológico da revolução como final de todo sofrimento e sujeição (como na tradição bakuninista), mas da luta incessantes, sem porto-seguro, numa luta dialética entre Autoridade e Liberdade que não encontra uma síntese final, como propôs Proudhon (1999).

Esses apontamentos sobre o percurso do agonismo na reflexão de Michel Foucault não são um esforço para determinar uma suposta coerência ou constância em seu trabalho. Muitos buscam uma *obra* em Foucault, mas não é o que interessa aqui. Ao contrário, trata-se de acompanhar um Foucault que não apartou seu trabalho de sua ética, de suas lutas, de seus alvos. Assim, a analítica do poder e o agonismo surgem como armas num combate que lhe foi precioso: o

de compreender como um corpo é feito *sujeito* para, conhecendo o embate, acionar táticas de insurreição. Foucault interessou-se pela história da subjetivação atento às potências de resistência. Fez seu trabalho de pesquisa envolto ele próprio em combates que diluíram a modorrenta distinção entre academia e militância, como indica sua ação junto ao Grupo de Informação sobre as Prisões, no início dos anos 1970. Voltou-se contra o que lhe parecia insuportável e contra o que nele mesmo parecia estancado, tal como o guerreiro nietzschiano que, em tempos de paz, volta-se contra si.

Foucault deu combate a si mesmo para se reaquecer, reavivar e seguir. Essa breve leitura genealógica da noção de agonismo nos seus escritos mostra um dos ângulos dessa guerra incessante que o fez voltar ao que havia proposto em *A História da Loucura* para revolver-se diante de um problema, ao mesmo tempo, político e de pesquisa. Foucault, em suma, respondeu a questões de seu tempo, interessado em liberações para o seu tempo. Eis um Foucault libertário (Passetti, 1996), afogueado, combativo. Eis uma *atitude guerreira* voltada ao presente. Eis uma *saúde guerreira* que se pode sentir fazendo-se acompanhar por Foucault. Eis aqui uma aproximação possível desse Foucault com Proudhon: uma luta libertária sem pacificação, ou seja, sem utopia ou sonho de uma libertação futura. A luta política é, nesse sentido, a luta pela incessante produção de si diante de inúmeras situações estratégicas: combate constante da vida, guerra infindável que não apenas destrói, mas que produz pessoas, práticas, valores, leis, instituições, relações econômicas, modos de vida. Essa *guerra*, liberada da sua vinculação militar com o Estado, é uma guerra libertária, *anarco-ágon*, que se distancia da guerra feita pelos Estados em nome deles próprios (da soberania) e do regime de propriedade capitalista (a guerra *pòlemos*). Nesse Foucault lido genealogicamente, inseguro e ousado quando trança seus interesses de pesquisa com seus incômodos e lutas de vida, é possível ver emergir uma sugestão analítica que nos oferece modos desacomodados para estudar as relações de poder na contemporaneidade, quando tanto se fala da crises das instituições, do esfacelamento do Estado, do despontar das tecnologias de controle etc. Como ser livre em luta? Não há resposta universal, a não ser uma sugestão: é preciso revirar-se agonicamente.

Referências

BOÉTIE, Étienne. *Discurso da Servidão Voluntária*. São Paulo: Brasilense, 1995.

CASTELO BRANCO, Guilherme e VASCONCELLOS, Jorge. *Arte, vida e política*: ensaios sobre Foucault e Deleuze. Rio de Janeiro: Edições LV, 2010.

CASTRO, Edgardo. *Vocabulário de Foucault*. Tradução Ingrid Müller Xavier; revisão técnica Walter Omar Kohan e Alfredo Veiga-Neto. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

CLAUSEWITZ, Carl von. *Da guerra*. Tradução Maria Tereza Ramos. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

DELEUZE, Gilles. Post-scriptum sobre as sociedades de controle. In: *Conversações*. Tradução Peter Pál Pelbart. São Paulo: Editora 34, 1998.

DELEUZE, Gilles. *Foucault*. Tradução Cláudia Sant'Anna Martins. São Paulo: Brasiliense, 2005.

FOUCAULT, Michel. "O sujeito e o poder" In: RABINOW, Paul e DREYFUS, Hubert. *Michel Foucault, uma trajetória filosófica*: para além do estruturalismo e da hermenêutica. Tradução Vera Porto Carrero. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995, pp. 231-249.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir*. Tradução de Raquel Ramalhete. Petrópolis: Vozes, 1997.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Tradução Roberto Machado. Rio de Janeiro: Graal, 1998a.

FOUCAULT, Michel. *História da Loucura na Idade Clássica*. Tradução José Teixeira Coelho Netto. São Paulo: Perspectiva, 1999.

FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade, vol. 1 – A vontade de saber*. Tradução J. A. Guilhon Albuquerque e Maria Thereza da Costa Albuquerque. Rio de Janeiro: Graal, 1998.

FOUCAULT, Michel. *Em defesa da sociedade*. Tradução Maria Ermantina Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

FOUCAULT, Michel. *O poder psiquiátrico*. Tradução Eduardo Brandão; revisão técnica Salma Muchail e Márcio A. Fonseca. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

GROS, Frédéric. *Estados de violência*: ensaio sobre o fim da guerra. Tradução José Augusto da Silva. Aparecida/SP: Idéias & Letras, 2009.

NIETZSCHE, Friedrich. *Ecce hommo* – como alguém se torna o que se é. Tradução Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia da Letras, 2004.

NIETZSCHE, Friedrich. *Genealogia da moral*: uma polêmica. Tradução Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

PASSETTI, Edson. Foucault libertário. *Margem*, São Paulo: Faculdade de Ciências Sociais/PUC-SP, n. 05, 1996, pp. 135-147.

PASSETTI, Edson. *Éticas dos amigos, invenções libertárias da vida*. São Paulo: Imaginário, 2003.

PASSETTI, Edson. *Anarquismos e sociedade de controle*. São Paulo: Cortez, 2003.

PASSETTI, Edson. Fluxos libertários e segurança. *Verve*. São Paulo: Nu-Sol/PEPG-Ciências Sociais/PUC-SP, n. 20, 2011, pp. 49-78.

PROUDHON, Pierre-Joseph. *Do princípio federativo*. São Paulo: Nu-Sol/Imaginário, 1999.

PROUDHON, Pierre-Joseph. *La guerre et la paix* (vols. I e II). Antony: Éditions Tops/H. Trinquier, 1998.

PROUDHON, Pierre-Joseph. A guerra e a paz (excerto). *Verve*. São Paulo: Nu-Sol/PEPG-Ciências Sociais/PUC-SP, n. 19, 2011, pp. 23-71.

RODRIGUES, Thiago. *Guerra e política nas relações internacionais*. São Paulo: Educ, 2010.

RODRIGUES, Thiago. Política y Guerra: Apuntes para una Analítica Agónica de los Estudios Estratégicos. *Revista Brasileira de Estudos Estratégicos*, vol. 2, n. 2, jul-dez 2015, pp. 151-171.

RECEBIDO EM: 14/05/2019
APROVADO EM: 17/06/2019